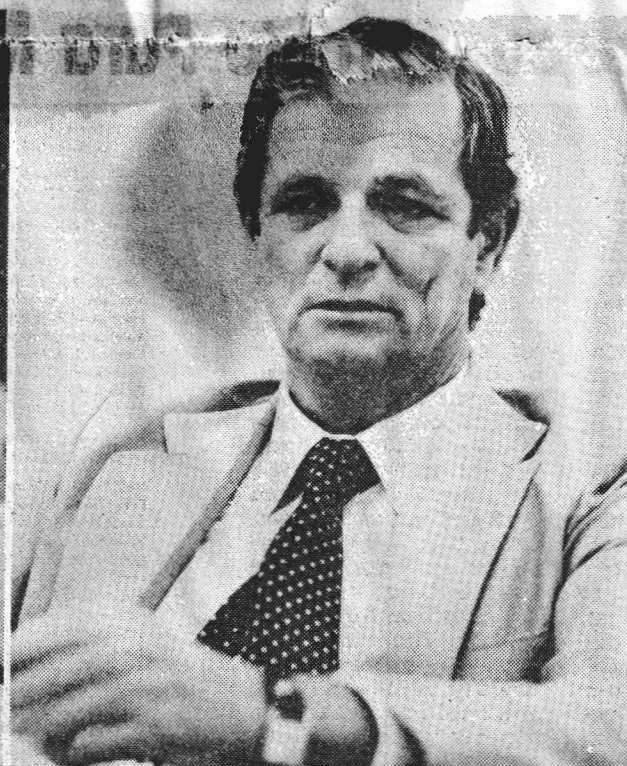


Empresários condenam choque fiscal



Szajman: falta privatizar



Tabacof: controlar a inflação

Para eles, a proposta do governo sacrifica apenas o setor privado

ISABEL DIAS DE AGUIAR

O projeto de choque fiscal elaborado pelos técnicos da área econômica do governo para ser apresentado hoje, em Brasília, durante a primeira reunião preparatória do pacto antiinflação, não agradou aos empresários. A análise da proposta levou à conclusão de que todo o esforço para o equilíbrio das contas oficiais e a total eliminação do déficit público caberá ao setor privado. Segundo os empresários, não está previsto nenhum sacrifício por parte do governo, como se esperava, seja através da redução do custo da administração, do corte nos investimentos ou venda de patrimônio. O ajuste, com isso, ficaria principalmente por conta da elevação da carga tributária, providência considerada inflacionária, incompatível com os propósitos do pacto.

Os empresários preferiram comentar o estudo dos técnicos do governo de forma reservada. Oficialmente, eles elogiaram o "esforço" demonstrado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de tornar possível o equilíbrio do orçamento da União, sem o que, todos concordam, não será possível controlar a inflação, como deixou ontem claro Boris Tabacof, diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

RESISTÊNCIA

Oficiosamente, os representantes da classe empresarial não têm dúvida: o projeto é unilateral, pois não está previsto qualquer regime para cortar gorduras e reduzir o tamanho do Estado. Os técnicos indicados pelas entidades de classe para participar da reunião tripartite estão instruídos para apresentar sua volumosa bagagem, composta por sugestões diversas, muitas no sentido oposto daquele pretendido pelo governo.

É verdade que o corte dos subsídios, previsto no projeto oficial, foi idealizado pelos membros do Fórum Informal de Empresários. Documento divulgado pelo fórum, em meados deste ano, define as premissas básicas para que o setor privado pudesse aceitar o sacrifício, lembrou ontem o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman. Entre as premissas, estão a privatização de empresas estatais e a austeridade na administração pública.

A maior resistência ao projeto dos técnicos da área econômica do governo está na otenização de impostos. Não se pode aceitar a instituição da correção monetária sobre tributos calculados com base em valores corrigidos pelos encargos financeiros de uma operação comercial. Paulo Francini, vice-presidente da Fiesp, alertou para o fato de o governo ter já reduzido o prazo de recolhimento dos impostos. "Os técnicos da área oficial deveriam pensar em cortar antes o segundo e o terceiro salário de seus funcionários."